



Anais da Assembléia

Nº 99

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 27 DE JUNHO DE 1996

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB – 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB – 10: Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Caetano Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB – 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hernas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB – 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL – 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Reny Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT – 05: Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 63ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 1996
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Techy Filho e Nelson Garcia.

As dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Peraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Picha, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Selame, Cezar Silvestri, Cleiton Vielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Neroni, Geraldo Cartário, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (51). Achando-se ausentes os Senhores Deputados: Doutor Rosinha, Irineu Colombo e Renato Adur (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SP. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. RENY BORSATTO - Verificação de votação e chamada nominal, Senhor Presidente.

O SP. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Chamada nominal solicitada pelo Deputado Reny Borsatto.

Solicito ao Senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (João Techy Filho) - Procede a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Antes de fazermos a chamada nominal dos Senhores Deputados, é com satisfação que, por requerimento do ilustre Deputado Neivo Peraldin, nesta sessão da manhã de hoje, o

Grande e o Pequeno Expediente não serão usados pelos Senhores Parlamentares, e sim pelos convidados que aqui se encontram e muitos outros que aqui virão.

Temos a satisfação de termos o Presidente da ALCOPAR, juntamente com homens ligados ao setor e, principalmente, junto a figura, representando a FAEP do nosso ex-colega, amigo e companheiro, que nos honra realmente com essa ilustre presença, na harmonia que sempre existiu quando desenvolveu suas atividades junto à instituição maior creditícia desse País, o Banco do Brasil, bem como das atividades parlamentares dessa Nação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Techy Filho) - Procede a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SP. RENY BORSATTO - Solicito a retirada da chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SP. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Ata está aprovada.

Solicito ao Senhor 1º Secretário, a leitura do expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

Maringá, em 26.06.96.

Senhor Presidente.

A cultura da cana-de-açúcar alcançou um alto grau de importância em nosso Estado, graças ao Programa Nacional do Alcool, criado pelo Governo Federal e aderido pelos empresários paranaenses, que levou ao interior a tecnologia, a renda, tributos e, principalmente, o emprego, tão importante para uma mão-de-obra sem qualificação, que poucas alternativas possui na busca de trabalho que garanta o seu sustento. O PROÁLCOOL possibilitou ainda, a produção de um combustível limpo e renovável reconhecido pelo mundo como uma grande alternativa na substituição de um produto finito e poluente, como o petróleo.

Desde 1985, o Governo Federal vem tratando o álcool não mais como uma importante alternativa para substituir a importação de petróleo, para gerar tecnologia, preservar o ambiente e criar empregos, mas sim como um produto gravoso, concorrente da estatal PETROBRÁS, uma vez que vem descumprindo a legislação que criou e definiu a sobrevivência do PROÁLCOOL.

Entendemos que o Programa do Alcool, por ter sido criado pelo Governo Federal quando da crise do petróleo em 1975, por

proteger o meio ambiente e por gerar mais de um milhão de empregos, é muito mais um programa da sociedade brasileira do que apenas de 346 empresários que acreditaram no futuro de um combustível limpo.

Portanto, é necessário o engajamento e envolvimento dos legítimos representantes da sociedade, na luta pela sobrevivência e desenvolvimento da indústria sucro-alcooleira, que somente ocorrerá com a implementação, a níveis federal e estadual, das seguintes medidas:

Nível Federal:

- manutenção do atual nível de mistura do anidro na gasolina (22%);
- efetivação do álcool dentro do "mix" dos derivados do petróleo, tratando-o de forma adequada;
- criação de um imposto seletivo sobre a gasolina;
- criação de linhas de crédito (agrícola) e financiamento dos estoques estruturais (warrantagem);
- securitização das dívidas do setor;
- recuperação da paridade entre preços do álcool e gasolina nas bombas (postos), na posição anterior a 27/09/95;
- política fiscal diferenciada para carros a álcool como forma de manter nível de vendas;
- regulamentação e aplicação da Lei nº 8.176/91, relativa aos estoques de segurança.

Nível Estadual:

- criação de política de incentivos fiscais ao uso do veículo movido a álcool;
- preferência obrigatória aos veículos movidos a nível na renovação e ampliação da frota do Governo do Estado e de empresas afins;
- otimização dos serviços portuários e a consequente redução dos custos;
- determinar aos agentes de fomento ligados ao Governo Estadual, a obrigatoriedade de repassar os recursos disponíveis no BNDES e em outros órgãos para o setor;
- redução da alíquota do IOMS nas operações realizadas pelo setor sucro-alcooleiro;
- participação ativa do Governo Estadual na definição da política energética do País;
- criação de uma coalizão de governadores em prol do álcool.

Ante o exposto, cientes de sua sensibilidade às causas nobres deste País e Estado, solicitamos a Vossa Excelência a sua inestimável colaboração e apoio na defesa da indústria sucro-alcooleira paranaense, para que as medidas acima discriminadas venham a ser efetivamente implementadas.

Atenciosamente

(a) ERMETO RAFFA
Presidente

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 521

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a preferência na discussão e votação do Projeto de Lei nº 138/96, como também do Substitutivo Geral da Comissão de Orçamento.

Sala das Sessões, em 27.06.96.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 509

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 27.06.96.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 510

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 02 (duas) Sessões do item 04, 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 185/96, de autoria do Deputado Ricardo Chab, constante da Ordem do Dia da presente Sessão (27/06).

Sala das Sessões, em 27.06.96.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO N° 502

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de Mariópolis, pelo transcurso do seu 36º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Nadir Pereira; ao vice-Prefeito Senhor Levino Mascarello, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Mariópolis.

Sala das Sessões, em 27.06.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com muito orgulho que a população de Mariópolis irá comemorar, no próximo dia 25 de julho, seus 36 anos de emancipação

política.

Todo o esforço de seus administradores de todos os tempos, já está apresentando surpreendentes resultados como se poderá verificar pelo crescente progresso do município.

O aniversário de Mariópolis diz muito a todos nós paranaenses que amamos a nossa terra e a ela devotamos a melhor de nossas energias.

Com esta proposição queremos homenagear toda a população de Mariópolis, que não mede esforços em prol do progresso cada vez maior do seu município.

Pois, com o trabalho integrado, com a colaboração de seu povo, Mariópolis estará contribuindo com importante parcela para o engrandecimento do nosso Estado e do nosso país.

O trabalho conjunto entre povo e administração, unindo forças constituirão o fato básico para as conquistas e benefícios sempre almejados para um futuro melhor.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, renova sua gratidão e reconhecimento a toda a população de Mariópolis, na certeza de que continuarão com a mesma garra o trabalho desenvolvido em prol do progresso cada vez mais acentuado do município.

REQUERIMENTO N° 503

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de Pio Azul, pelo transcurso de seus 78 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Ansenor Valentin Girardi; ao vice-Prefeito, Senhor Alceu Glier, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Pio Azul.

Sala das Sessões, em 27.06.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Pio Azul, que no próximo dia 14 de julho estará comemorando seus 78 anos de emancipação política, é um município que, graças a administração séria e competente de seu Prefeito Ansenor Valentin Girardi caminha a passos largos rumo ao seu desenvolvimento e progresso.

Apesar de todos os problemas por que passa a Nação, em Pio Azul, a população, juntamente com o Executivo Municipal vem procurando superar as dificuldades com muito trabalho e confiança em Deus.

Na significativa data em que Pio Azul

completa seu 78° aniversário, toda a população é digna do nosso respeito e admiração na certeza de que o progresso é fruto do trabalho diuturno de todos que desejam o bem-estar e o completo desenvolvimento do município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, parabeniza toda a população de Pio Azul, principalmente aqueles que acreditam que é somente com muito trabalho que se obtém segurança e se escreve o futuro, construindo um Paraná melhor para todos os paranaenses.

REQUERIMENTO N° 511

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações aos dirigentes da Academia Winner pela conquista do prêmio "Troféu Imprensa", outorgado pelo jornalista Carlos Maranhão, com solenidade de entrega no próximo dia 28 de junho.

Dirigimos nossa homenagem a esta academia pela qualidade dos serviços oferecidos priorizando o bem-estar físico e mental de seus clientes. Fundada em 1991 por Luiz Renato N. de Lara, Miriam A. Lara de Souza e Herbert F. Schlögel, a Academia Winner, filiada à IDEA - American Association of Fitness Professionals e REEFOK Professional Instructor Alliance, possui uma grande área verde com piscina, quadra de voley, salas de ginástica, musculação e infra-estrutura ideal para a demanda. Suas atividades são administradas e supervisionadas por profissionais altamente especializados, inclusive com formação no exterior. O seu objetivo é proporcionar à comunidade programas de educação física adequados às necessidades e realidade local, o bem-estar físico e mental de seus clientes, saúde e integração social, num ambiente familiar, alegre e saudável.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado aos Senhores Luiz Renato N. de Lara, Miriam A. Lara de Souza e Herbert Schlögel, na Rua Mateus Leme, 1976, CEP 80.530-010 - Curitiba - PP.

Sala das Sessões, em 27.06.96.

(a) NELSON GAFCIA

REQUERIMENTO N° 518

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Josélia e Glicério, que completou 50 anos de união conjugal, comemorando "Podas de Ouro". Trata-se de uma

existência construída sobre valores sólidos como moral, educação, retidão de comportamento, honestidade, seriedade, que culminou em um casamento duradouro e feliz. A união exemplar, a caminhada vitoriosa deve ser enaltecida, cumprimentada, e por esta razão, propomos a esta Casa de Leis que registre o júbilo de todos nós pela data, cumprimentando-se o casal e seus familiares.

Sala das Sessões, em 27.06.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 519

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEP à Mesa, ouvido o Plenário, voto de congratulações pelo transcurso de vinte e dois anos de fundação do "Diário do Norte do Paraná", de Maringá, no dia 29 de junho próximo vindouro.

Sob a orientação e direção do Dr. Frank Vieira da Silva, o Diário do Norte do Paraná se constitui um jornal de tradição e prestígio no Norte do Paraná, e mesmo em todo o Estado do Paraná.

Solicita também seja enviado expediente do requerido ao Dr. Frank Vieira da Silva na Avenida Mauá, 1988, Caixa Postal 1551 - CEP: 87050-020, em Maringá.

Sala das Sessões, em 27.06.96.

(a) MARQUINHOS ALVES

REQUERIMENTO N° 505

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUEP envio de voto de louvor ao jovem Hermann José Paposo Milhomem Filho, pela sua desenvoltura na modalidade de Juiô, e pela conquista do Campeonato Brasileiro de sua categoria, e que o mesmo seja enviado para a rua Vladimir Kosak, 54, Uberaba Curitiba-PR - CEP: 81570-400.

Sala das Sessões, em 27.06.96.

(a) FENATO ADUP

REQUERIMENTO N° 508

Senhor Presidente.

Os Deputados, abaixo assinados, vêm muito respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, sem qualquer pretensão de interferir no processo decisório que, reconhecem, ser de vossa inteira e única responsabilidade, sugerir e apoiar o nome do Ilustre Juiz togado Dr. João Oreste Dalazen, do egrégio tribunal Regional do Trabalho, 9ª Região com sede em Curitiba-PR., para a vaga de Juiz do Tribunal Superior do Trabalho, que aguarda designação.

Considerando as qualidades e a idoneidade moral do nome em referência, ousamos nos apresentar a Vossa Excelência, espe-

rando contar com uma atenção especial para o presente documento.

Sala das Sessões, em 27.06.96.

(a) FENATO ADUP

REQUERIMENTO N° 504

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEP, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Rede Globo - Fede Paranaense de Televisão, parabenizando-a, pela brilhante série de reportagens denominada: Caminhos do Paraná, destacando a exibida em 19.06.96, sobre educação.

Sala das Sessões, em 27.06.96.

(a) FENATO ADUP

REQUERIMENTO N° 506

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUEP, após ouvido o douto Plenário seja enviado expediente ao Dr. Carvílio da Silveira Filho, cumprimentando-o pela sua posse no próximo dia 26 do corrente, às 17 horas, como Juiz do Tribunal de Alçada. O Dr. Carvílio assumirá a vaga deixada por Antonio Lopes Noronha que foi promovido ao cargo de Desembargador. O futuro Juiz do Tribunal de Alçada, Dr. Carvílio da Silveira Filho, é formado pela Faculdade de Direito em 1980, tendo ingressado no Ministério Público, onde atuou na Sessão Judiciária de Telêmaco Borba e nas Comarcas de Terra Roxa, Colombo, Foz do Iguaçu e Curitiba. Este parlamentar e esta Casa, se associam com as alegrias desta promoção.

Sala das Sessões, em 27.06.96.

(a) FENATO ADUP

REQUERIMENTO N° 507

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUEP, após ouvido o douto Plenário seja enviado expediente ao Dr. Pandas Batista, do Hospital Angelina Caron em Campina Grande do Sul, cumprimentando-o pela criação de nova técnica cirúrgica cardíaca que já foi aceita pela comunidade médica internacional e está sendo adotada na Inglaterra pelos especialistas daquele país. Como parlamentar deste Estado, quero estender os cumprimentos a este valoroso profissional que orgulha a classe médica e o Estado que reside.

Sala das Sessões, em 27.06.96.

(a) FENATO ADUP

REQUERIMENTO N° 513

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Ministro da Agricultura, Superintendente do Banco do Brasil S/A, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento e Deputado Federal Odílio Palbinotti, solicitando providências para que o Banco do Brasil S/A volte a financiar a cultura de feijão no Município de Barbosa Ferraz, e para que a liberação das parcelas de financiamento ocorram coincidentemente com a época de plantio, que ocorre na segunda quinzena do mês de julho até o final do mês de agosto.

Requer ainda que, da decisão da Mesa, sejam identificados os Excelentíssimos Senhores Vereador Sebastião Gonçalves Ferreira (Presidente da Câmara Municipal), vereadora Elza Marques Gonçalves, ambos à Câmara Municipal de Barbosa Ferraz, Rua Marechal Floriano Peixoto, 790, CEP 6960-000, e ainda, o Senhor João José Domingos (Presidente do Diretório Municipal do PDT).

Sala das Sessões, em 27.06.96.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação, se atendida, virá concorrer sobremodo para a fixação e permanência do homem do campo, uma vez que a cultura do feijão é extremamente rentável e emprega a mão de obra disponível, incentivando a permanência dos agricultores nos seus municípios de origem. Pelo exposto, conclamo o aval dos nobres Pares.

REQUERIMENTO N° 514

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Secretário de Estado da Saúde, Fundação Bento Caetano Munhoz da Rocha Neto, solicitando informações sobre os Contratos firmados com empresas prestadoras de serviços de limpeza na 4ª Regional de Saúde do Município de Irati, pelos fatos e razões que passa a aduzir:

I - A empresa ATENAS - Conservação e Limpeza s/c. Ltda. contratada pela Fundação SESA, para prestar serviços de limpeza na 4ª Regional de Saúde de Irati, não quitou os haveres trabalhistas (3 meses de salários; 1 ano e meio de férias vencidas; 1 ano e meio de 13º salário e recolhimento do FGTS) dos seus funcionários e não mais está prestando serviços de limpeza naquela Regional;

II - Há uma nova empresa de nome LIMPTEC - Serviços Especiais s/c. Ltda, prestando os referidos serviços, que julgamos ter contrato com a SESA, que, todavia, registrou em Carteira as serventes da

antiga empresa, contudo, estas serventes estão sem perceber os valores relativos à rescisão contratual com a primeira empresa.

Diante do exposto, indaga-se:

a) A SESA contratou a empresa ATENAS - Conservação e Limpeza s/c. Ltda? Quando? Quais os termos do contrato?

b) A SESA rescindiu contrato com a empresa supramencionada? Quando? Por quê?

c) A empresa ATENAS apresentou a quitação dos débitos com seus funcionários por ocasião do distrato com a SESA?

d) Houve a contratação da empresa LIMPTEC - Serviços Especiais s/c. Ltda? Quando? Quais os termos do Contrato?

e) Houve algum pacto com a nova contratada no que se refere às funcionárias que estão sem receber os haveres trabalhistas?

f) Caso a resposta do questionamento acima seja negativo. Por quê a SESA não tomou os devidos cuidados quando do trato e do distrato com as empresas prestadoras de serviços? Mormente para assegurar o direito sagrado das funcionárias?

g) Como a SESA obtém referências destas empresas prestadoras de Serviços? E quando faz o distrato porque não assegura o direito das funcionárias, haja vista, ser a SESA solidária na bilateralidade do contrato?

Sala das Sessões, em 27.06.96.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 515

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores das proximidades do Colégio Sagrado Coração de Jesus, os quais solicitam o destacamento de um policial de trânsito na Rua Buenos Aires. Ocorre que em frente desse colégio o fluxo de veículos é intenso e a presença do policial ali é necessária, a fim de orientar o tráfego de veículos e proporcionar maior segurança aos transeuntes que necessitam atravessar a rua.

Sala das Sessões, em 27.06.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 516

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de verificar uma casa desocupada

na rua Fio Muricy nº 718 - Pairro Alto, uma vez que ela está servindo de esconderijo para marginais e desocupados. O pedido está sendo feito pelos moradores das proximidades, os quais encontram-se apreensivos e solicitam providências urgentes, procurando-se desta forma evitar algum acontecimento mais grave.

Sala das Sessões, em 27.06.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQÜERIMENTO Nº 517

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQÜER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de verificar o que vem ocorrendo nas entregas de correspondência do senhor Wilson Vitorino de Souza, residente à Rua do Comércio S.L, 40 - Vila Nossa Senhora da Luz, uma vez que as mesmas estão sendo entregues com atraso.

Devido a esse problema, o senhor Wilson tem sido prejudicado, pois suas contas não podem ser pagas em dia, acarretando-lhe despesas extras. Informações complementares podem ser obtidas diretamente com o senhor Wilson pelo telefone 246-3725.

Sala das Sessões, em 27.06.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 290/96

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Ministério Ondas de Paz de Evangelização - MOPE, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.06.96.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O Ministério Ondas de Paz de Evangelização - MOPE, que ora pretendemos seja declarado de Utilidade Pública, foi criado no dia 14 de agosto de 1994 e registrado sob nº 2.359, no Livro A-I de Pessoas Jurídicas, 3º Ofício de Curitiba, Estado do Paraná, em 06 de fevereiro de 1995.

O "MOPE" é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, sendo de caráter assistencial, educacional, cultural e religioso, portanto, eminentemente beneficente.

O "MOPE" promove o atendimento social, beneficente, cultural e educacional, a qualquer pessoa, independente da raça,

cor, condições social, profissional, credo religioso ou político, orientando suas atividades dentro dos princípios cristãos.

Além das finalidades acima enumeradas, o MOPE tem por objetivo, ainda, a organização e o desenvolvimento de programas educacionais, assistenciais de proteção à família, à criança, ao adolescente, à velhice, cooperar com os órgãos públicos nos programas de interesses comunitários.

Para o cumprimento de seus objetivos e da manutenção de sua filosofia de trabalho, o MOPE, integra e mantém estreita cooperação com entidades congêneres e organismos públicos.

Pelos fatos de tanta relevância, acima expostos, estamos certos de contar com o apoio dos nobres Pares, para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 291/96

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR e a Companhia Paranaense de Energia - COPEL, obrigadas a divulgar nos versos das contas de água e luz o mínimo de 04 (quatro) fotografias de crianças e adolescentes desaparecidos.

Parágrafo Único - As fotografias devem ser substituídas mensalmente até completar todos os casos registrados no órgão policial especializado na Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Art. 2º - Devem constar no verso das contas de água e luz os nomes das crianças e adolescentes e o número do telefone do órgão policial responsável pelas investigações.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.06.96.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

O drama das famílias que convivem com a realidade de ter algum membro desaparecido nos toca a todos. O desespero por notícias, uma informação - por mais remota que seja - renova as esperanças de, em algum momento, reencontrar o ente querido. A mobilização da sociedade organizada e das instituições públicas e privadas têm suscitado um emocionante movimento de solidariedade, a que urge dar continuidade.

A tarefa de ajudar estas famílias extrapola qualquer limite. Todos os esforços devem ser concentrados para auxiliar na amenização dessa imensa dor. Muitos exemplos pipocam pelo País, na tentativa desesperada de aumentar o leque de possibilidades para encontrar crianças e adolescentes

que foram separados de suas famílias.

Com o objetivo de oferecer mais uma alternativa para a divulgação das fotos das crianças, estamos propondo o presente projeto de lei. A certeza de que esta proposição encontrará apoio nesta Casa de Leis nos dará a oportunidade de, mais uma vez, contribuir para solucionar esta questão que aflige não só os familiares dos desaparecidos, mas todos aqueles que se preocupam com o próximo.

PROJETO DE LEI N° 292/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Deputado Anibal Khury.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.06.96.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

O agraciado é uma pessoa que sempre conduziu sua vida pelos caminhos da honrabilidade, da honestidade, da filantropia e na luta constante pela perseverança na defesa dos postulados democráticos e instituições financeiras.

Nasceu em 18 de julho, na região do Contestado, União da Vitória, Estado do Paraná. Filho de Salomão e Wadia Kassab Khury. Nesta comunidade foi Vereador, onde começou sua vida pública. Em sua atividade privada, foi comerciante e realizou estudos sobre economia.

Como Deputado, em seus mandatos sempre defendeu e continua defendendo leis em defesa de diversas classes sociais, tais como: funcionários públicos, civis e militares, os expedicionários e o menor carente.

Na atuação legislativa, promoveu a criação de órgãos legislativos como: Assistência Social, Assistência Jurídica, informações econômicas, entre outras.

Politicamente, teve influência decisiva em vários acontecimentos do Estado do Paraná, no exercício da legislatura, bem como nas funções de Primeiro Secretário e Presidente da Assembléia Legislativa.

Por estas razões e outras mais, é que apresentamos o presente projeto de lei, que com toda certeza terá o apoio unânime dos nobres Pares desta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Conforme requerimento aprovado, concedo a palavra ao Senhor Esmeto Barêa.

O SR. ESMETO BARÊA - Senhor Presidente Anibal Khury, Senhores Deputados, Senhores Empresários, Senhor Presidente do

Sindicato do Alcool do Estado de São Paulo Dr. Oscar Figueiredo e demais colegas.

Foi dada esta oportunidade a nós produtores de açúcar e álcool do Estado do Paraná para que fizéssemos uma exposição da situação em que se encontra o setor no Estado do Paraná, no Brasil e, quais as perspectivas que temos em relação ao mundo, e principalmente dentro do próprio Brasil na condução deste negócio que, em última análise é de interesse mundial, tendo em vista, os benefícios sociais que trazem quanto a, geração de emprego, os benefícios ambientais que, reduzem muito a poluição ambiental e também a preservação tecnológica além, evidentemente, da questão estratégica que foi um dos suportes para a criação desse programa.

Queria dizer primeiramente que a ALCOPAR, o Sindicato do Alcool, o Sindicato dos Produtores de Açúcar do Estado do Paraná, congregam 31 unidades produtoras, das quais, em função da crise que atravessa neste momento, 3 já fecharam, estando, portanto, 28 usinas em operação.

A ALCOPAR tem por objetivo a prestação de serviço à Indústria Açúcar Alcooleira, a representação e a defesa dos interesses dos associados a nível nacional e a nível estadual e a organização da produção e comercialização do açúcar e do álcool. E, também trata das negociações coletivas de trabalho junto aos diversos sindicatos que compõem a categoria trabalhadora no Estado do Paraná.

Os motivos que levaram a criação do PROÁLCOOL, isto em 1975, baseou-se essencialmente nas duas crises do petróleo.

Primeiramente em 1973 e, depois com a sua crise do petróleo que ocorreu em 1979.

O objetivo principal era a obtenção de um combustível renovável e que não fosse poluente, em substituição ao petróleo que daria segurança nacional, assim como também poupar as divisas tão escassas naquela época com a importação do petróleo onde a importação deste produto representava aproximadamente 30% das remessas para o exterior. Para os Senhores terem uma idéia, desde 1973, quando houve a primeira crise do petróleo, o barril do Petróleo custava 46 dólares, chegou a atingir 46 dólares em 1973, de onde passou-se a estudar uma fonte alternativa para suprimento dos combustíveis automotivos. Com a segunda crise do petróleo que ocorreu em 1979, o preço elevou-se a 55, praticamente 60 dólares o barril, este preço em Rotterdam, quer dizer, teria que ser acrescido, além disto, os custos de frete, de refino, etc, toda a cadeia produtiva, impostos, etc, que são tributados internamente. Já a partir de 1986, quando houve uma acomodação nas relações entre os países árabes,

onde diminuíram bastante os conflitos, onde houve uma perda do poder da OPEP, o preço do petróleo já caiu para cerca de 20 dólares. Em 79 estava 41 dólares, em 1980 já caiu para 25 dólares, onde houve a partir deste momento um certo desinteresse do Governo Federal, para com o programa do álcool, tendo em vista a queda do preço do petróleo e os altos custos de produção de álcool.

Então, o governo Federal passou a não dar mais tanta importância como vinha dando para o programa do álcool.

O PROÁLCOOOL, nesses últimos 20 anos teve diversas conquistas, mas entre as quais podemos destacar que para um investimento de 10,7 bilhões de dólares, houve uma poupança de divisas nesses 20 anos na ordem de 30 bilhões de dólares. Quer dizer, a proporção do investimento nesses vinte anos foi de 3 para 1, em termos de retorno da economia de divisas. Os empregos diretos gerados essencialmente pelo programa do álcool, estão hoje na ordem de 770 mil empregos no país. Os objetivos hoje, entende, que são destacados e que foram alcançados pelo PROÁLCOOOL referem-se principalmente ao meio ambiente, onde é destaque hoje na mídia internacional e portanto havendo uma sensível redução do CO₂, o dióxido de carbono, que é altamente poluente e causador dos maiores males à saúde da população, principalmente o câncer. Houve também uma sensível redução de CO, monóxido de carbono, hidrocarbonetos, monóxido de nitrogênio, além da substituição do chumbo tetra-etila, que ocorreu em primeiro lugar no Brasil em relação a todo o mundo. Então o Brasil foi o pioneiro na substituição do chumbo tetra-etila que é outro produto emitido pela queima de combustíveis fósseis e que portanto também é causador do câncer na população e nos animais.

O fluxo anual de comércio exterior dado pelo setor alcooleiro em termos de Brasil está na ordem de 2,57 bilhões de dólares anuais. Ou seja, fazemos exportação de açúcar na ordem de 1,9 bilhões de dólares, fazemos importação de álcool para suprir o mercado interno na ordem de 660 milhões de dólares ou reais portanto uma economia de divisa, um aporte de divisa para os cofres da União, na ordem de 1,5 bilhões de dólares ao ano. E a produção do álcool é feita de forma descentralizada, mormente no interior do Estado, no interior do país, principalmente fora dos grandes centros industriais, como exemplo, a Cidade de São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. No Paraná mesmo não temos nenhuma indústria sucroalcooleira localizada próxima aos grandes centros. Estão todas elas localizadas no interior do Estado. O setor sucroalcooleiro teve nos últimos anos, ou

nos 20 anos, um ganho de produtividade na ordem de 3,5% ao ano. Isto é muito expressivo se considerarmos que tivemos os preços achatados nesses 20 anos na ordem de 60%, ou seja, em 75 para um valor atribuído de 100; hoje temos um preço praticado de 44% proporcionalmente, o que significa que apesar de termos este achatamento no preço com este ganho de produtividade ainda é possível, com muita dificuldade, manter com vida essas indústrias, esse setor. Um problema também que tem afetado bastante o setor é o problema da taxa de câmbio que hoje o real está super valorizado, que facilita muito a concorrência da PETROBRÁS, como monopolista do petróleo para aquisição do petróleo no mercado internacional, tendo em vista que ela utiliza real para comprar o dólar e com este real valorizado então ela consegue adquirir uma quantidade maior de dólar para poder fazer a importação do petróleo. O que vale dizer que o custo do petróleo para a PETROBRÁS hoje, em função desta valorização, é bem menor do que se houvesse uma taxa real de câmbio sendo praticada hoje no país.

Outro problema que tem afetado bastante o setor Senhoras e Senhores, é o problema das taxas de juros que são escrunchantes hoje no mercado financeiro. Como não há linhas de crédito específicas no setor, as empresas tem se obrigado a se socorrer das linhas de crédito normais do mercado, a taxas normais e isso tem agravado muito a rentabilidade destas empresas ao ponto de comprometer muitas delas.

Houve a criação em novembro do ano passado da Comissão Interministerial do Alcool composta por 7 Ministros para analisar e viabilizar a continuidade do PROÁLCOOOL. Então nesta Comissão no dia 21 de novembro de 1995, portanto o ano passado, uma reunião conclusiva, houveram por bem criar, ou sugerir ao Presidente da República a manutenção do PROÁLCOOOL sob diversas razões mas não mais aquelas razões que inicialmente deram suporte para a criação do PROÁLCOOOL que já acabei de citar como exemplo o problema estratégico tendo em vista as crises do petróleo, o problema do meio ambiente, o problema da geração de empregos etc... Mas sim são outras bases hoje que daria sustentação ao PROÁLCOOOL, então a reativação do PROÁLCOOOL estaria calcada em outras bases que ao nosso ver é um pouco distorcida da realidade. Mas as razões que levaram hoje o Governo a definir pela manutenção do PROÁLCOOOL é o problema da falta de preço, não que teria que ser resolvida a questão do preço, teríamos também que fazer a manutenção da mistura do álcool 22%, do álcool anidro na gasolina mas principalmente estaria calcado hoje na questão do meio ambiente, na geração do emprego e na

manutenção da tecnologia existente, então não existe mais hoje a visão do Governo Federal o problema estratégico da substituição da importação do petróleo do problema da segurança nacional que o PROÁLCOOL apresenta para o Brasil.

A nível mundial, Senhoras e Senhores, os estudos estão sendo encaminhados para uma fonte alternativa da substituição do petróleo tendo em vista que ele é finito e deve se esgotar muito rapidamente dentro dos próximos 15 a 20 anos, isto na visão do Governo Americano e principalmente também dos Governos da comunidade econômica européia que não são basicamente produtores de petróleo. Então, na perspectiva deles, dentro dos próximos 15 anos deverá haver uma elevação acentuada nos preços do petróleo porque estará este petróleo concentrado na mão de poucos, principalmente dos países do Oriente Médio e também porque estes países que hoje são grandes produtores do petróleo a exemplo dos Estados Unidos, vão ter uma redução acentuada na prospecção do petróleo interno e portanto vai aumentar a sua dependência em relação ao mercado internacional do petróleo que hoje já é de 52%. Então o Governo Americano e os países da comunidade econômica européia vêm com muita apreensão este problema da diminuição da oferta de petróleo principalmente da diminuição da produção interna de petróleo.

Então, a única alternativa que eles estão encontrando hoje para a substituição do petróleo é a produção de Etanol através da biomassa. A biomassa se apresenta hoje como uma das alternativas nativas mais viáveis para a substituição do petróleo.

Então esta é uma tendência mundial. Quer dizer, o Brasil está na frente neste projeto da produção do Etanol através da biomassa. Já há 20 anos estamos trabalhando nisso e estamos com o Parque Industrial já instalado, temos tecnologia para o carro a álcool, temos vocação produtiva para a produção de álcool e a alternativa me parece bastante viável principalmente como uma fonte renovável, limpa de produção de combustível alternativo e também vem substituir com certa segurança a gasolina, o óleo diesel até já existem experiências demonstrando isso que o óleo diesel é perfeitamente substituído pelo álcool, então só falta na realidade haver uma definição com relação aos rumos do PROÁLCOOL serão dados pelo Governo Federal. Nós temos que definir o que é que nós pretendemos do PROÁLCOOL.

A produção de álcool no mundo está baseada principalmente na produção brasileira. O Brasil representa hoje 57, 58% aproximadamente da produção mundial.

Para os Senhores terem uma idéia os Estados Unidos que lançou seu PROÁLCOOL em

dezembro último já produz 20% do álcool mundial, já existe um consumo de álcool dentro do programa de álcool etanol que eles elaboraram, na ordem de 6 bilhões de litros/ano.

A comunidade econômica européia também está criando seu PROÁLCOOL, principalmente na Suécia, onde já existe um programa bem definido, já existe também 200 ônibus circulando na Cidade de Estocolmo, movidos essencialmente a álcool, já existe um programa de coleta de lixo com veículos movidos exclusivamente a etanol, existe também já uma implantação de uma rede de revenda de álcool na Suécia. Existe também uma adição de 15% de etanol no Diesel, que segundo critérios técnicos é perfeitamente viável, e que portanto, diminui a dependência da Suécia em relação a importação de petróleo de todo mundo, uma vez que eles não são produtores de petróleo.

Na França, com a criação da Lei Jupe também a partir do ano 2000, será obrigatório da utilização de oxigenados, como é o caso do álcool nos combustíveis automotivos, isso se tornará obrigatório a partir então do ano 2000.

A distribuição da planta de cana-de-açúcar no Brasil está baseada essencialmente na produção de álcool, como os Senhores podem ver, 62% do álcool, da cana-de-açúcar é destinado a produção do álcool. Então, o setor sucroalcooleiro está baseado na produção de álcool, ou seja, na produção de combustível para automóveis. Desses 100%, 14% são destinados na realidade, à produção de açúcar que é lançado no mercado externo, é comercializado no mercado externo, e 24% é destinado à produção de açúcar que é consumido internamente.

Na safra 95/96 nós temos em operação ainda, 346 unidades produtoras, sendo 143 Destilarias Autônomas e 303 Usinas de açúcar, isso no Brasil todo.

Nós produzimos cerca de 32 milhões de toneladas de açúcar equivalente. Desses 32 milhões foram produzidos 13,2 milhões de toneladas de açúcar, ou seja, 265 milhões de sacas de açúcar foram produzidas, e 13,1 bilhões de litros de álcool.

Como os Senhores podem ver então, o programa sucroalcooleiro está baseado essencialmente na produção de álcool, nós dependemos, para a sobrevivência do setor, a continuidade do PROÁLCOOL. O faturamento do setor anualmente está em torno de 9 bilhões de dólares, dos quais 5,5 bilhões de reais são através do PROÁLCOOL, ou seja, comercialização do álcool para combustível e 3,5 bilhões são destinados, são realizados através da comercialização do açúcar.

A Região Centro-Sul que é a maior produtora nacional corresponde a 7,3 bilhões de reais, ou seja, praticamente 70% da re-

ceita gerada pelo setor sucroalcooleiro, está localizada na Região Centro-Sul e 30% está no Norte e Nordeste.

A exportação de açúcar, na safra 85/86 foi na ordem de 95% para o Nordeste, de um total de praticamente 2 milhões de toneladas. De 2 milhões de toneladas em 85 foi comercializado 95% pela Região Norte-Nordeste, foi produzido na Região Norte-Nordeste. E apenas 4,5% foi produzido na Região Sul, Centro-Sul.

Hoje esse perfil alterou profundamente, a Região Nordeste teve uma redução na participação para 35% aproximadamente e a Região Centro-Sul que em 86 tinha apenas 4,6% esteve a sua participação elevada para 65%, de um total de 4,5 milhões de toneladas.

Para que os Senhores tenham uma idéia do nível de eficiência da indústria brasileira, nós apresentamos esse quadro agora, em que as unidades produtoras do Brasil, as mais eficientes, tem um custo na ordem de 170 dólares a tonelada de açúcar, isso é o menor custo de produção mundial. Logo depois, apesar de não ser um País expressivo, em termos de produção estaria a Colômbia. A Colômbia tem uma pequena produção, mas tem uma indústria muito eficiente e mais moderna da Região Centro-Sul. Mas, a Região Centro-Sul do Brasil como um todo estaria colocada em 2º lugar, com um custo de produção na ordem de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) a tonelada. E, o 4º (quarto) menor custo de produção, estaria então, localizado na Região Norte-Nordeste.

Então, quando falamos em termos de Brasil, o Brasil fica colocado em 2º (segundo) lugar em termos de custo de produção, mas no entanto, mesmo a Região Norte-Nordeste que é tida como muito deficiente que depende, que segundo a concepção pública, depende muito dos incentivos do Governo. Em termos mundiais ela se destaca.

Então, é falso quando se afirma que a indústria nordestina é extremamente dependente do Governo Federal. Não é bem assim. O que ocorre é que certas regras que são estabelecidas oneram demais o setor produtivo, como nós vamos ver logo mais adiante.

As indústrias paranaenses que estão hoje, em operação, são 28 (vinte e oito) unidades.

- Temos 13 (treze) unidades, produtoras de álcool e açúcar, 13 (treze) unidades, como destilarias autônomas, portanto, só produzem o álcool, álcool-anidro e álcool hidratado.

Temos duas unidades que estão já implantando as suas fábricas de açúcar, que serão inauguradas, ainda este ano.

Então, portanto temos 28 (vinte e oi-

to) unidades produzindo. E, nessa 28 (vinte e oito) unidades, conforme vocês podem ver pelo mapa, lá projetado, estão todas elas localizadas no Norte do Estado, no interior do Estado, absorvendo mão-de-obra rural, distribuindo essa riqueza em todo o interior do Estado. Portanto, um programa realmente que demonstra a sua estratégia em relação a distribuição de renda, em relação a geração de empregos no interior, evitando desta forma o êxodo rural para os grandes centros e para a Cidade de Curitiba, como vem ocorrendo nos últimos tempos.

O quadro a seguir mostra a evolução da cana nos últimos 6 (seis) anos, incluindo e projetando a produção para este ano. Em 1990, nós tínhamos uma produção de cana na ordem de dez milhões de toneladas. Esse ano deverão ser produzidas vinte e dois milhões e trezentas mil toneladas. O que representa uma evolução em seis anos, na ordem de 105% aproximadamente, quer dizer, demonstra claramente que o Estado vem crescendo na sua produção, apesar da crise, e tendo em vista que as indústrias paranaenses que foram, basicamente, instaladas no ano de 1980 para cá.

Portanto, com 15 anos de duração, de tempo de instalação, são todas indústrias novas que têm ainda, um ponto de equilíbrio a ser alcançado e são obrigadas a fazer esses investimentos na expansão, na produção de cana, na expansão da produção de açúcar e de álcool para buscar o ponto de equilíbrio, o ponto de nivelamento. Caso contrário, elas sucumbirão, como ocorreu com essas três unidades no Estado do Paraná que não conseguiram fazer esses investimentos, portanto, tiveram que fechar as suas portas.

As demais empresas, que não conseguiram fazer esses investimentos, foram transferidas para empresários tradicionais do setor e que sabiam da necessidade de fazer esses investimentos e de buscar esse ponto de equilíbrio, e hoje são um sucesso, estão gerando empregos, tributos, riquezas, enfim, crescendo o PIB paranaense.

Já a produção de álcool, vem nesses últimos seis anos, crescendo significativamente, ao contrário do que parece, que às vezes é divulgado pela imprensa. Em termos de Brasil, o Norte-Nordeste está estagnado, mas na região Centro-Sul, vem havendo um crescimento constante.

No Paraná, a exemplo do que ocorreu com a cana, crescemos de 627 milhões de litros em 1990, para um bilhão e cento e onze milhões de litros em 1996 (já projetado). Ou seja, um crescimento na ordem de 77%, em seis anos.

Já a evolução do açúcar no Estado do Paraná, é um exemplo do que deve ser ou deveria ser, seguido por todos os setores produtivos do Estado do Paraná e do Bra-

sil.

Saímos no ano de 1990 com uma produção de aproximadamente quatro milhões de sacas de açúcar. Está projetado para este ano uma produção de 18,6 milhões de sacas de açúcar. Então, o crescimento realmente tem se mostrado impressionante, ao ponto de representar 320% de crescimento em seis anos.

Esses dados são impressionantes e são pouco divulgados pela imprensa e pouco conhecidos pela população, e devem ser matéria de destaque.

A participação no Paraná na cana moída, na região Centro-Sul, em 1986 era de apenas 7%; em 1995 esta participação está na ordem de 9,1%. Então, o Paraná também a nível nacional tem crescido significativamente sua participação.

Já na produção de álcool, em 1986, logo após a implantação da indústria no Paraná, tínhamos a participação de 7,8% na produção de álcool, e hoje, a nossa participação está em torno de 10%. O Paraná já é o segundo maior produtor de álcool e o segundo maior produtor de cana-de-açúcar no País. Está para ser alcançado e, se Deus quiser, na próxima safra, o segundo lugar em termos de produção de açúcar, suplantando estados extremamente tradicionais na produção de açúcar, como é o caso de Alagoas e Pernambuco, perdendo apenas para o Estado de São Paulo.

A evolução do número de empregos também demonstra claramente os benefícios sociais que foram alcançados por esse crescimento no setor sucroalcooleiro. Como vocês podem ver neste quadro (mostra na tela), o número de empregos em 1990 era na ordem de 78 mil trabalhadores na agroindústria canavieira, tanto na área industrial, quanto na área agrícola. Hoje, esse contingente de mão-de-obra representa aproximadamente 73 mil trabalhadores. Então, os Senhores vejam bem, que houve um crescimento na ordem de praticamente 100% em seis anos no número de empregos gerados pelo setor.

Cabe ressaltar aqui, que em termos de geração de empregos, o PROÁLCOOL é um dos programas que melhor tem respondido neste item. Vocês podem ver também neste quadro (mostra na tela), que o investimento por emprego, para a geração de emprego, o PROÁLCOOL tem se destacado. A cada dez, onze mil reais aproximadamente de investimento, se consegue gerar um emprego no PROÁLCOOL. Enquanto que na indústria automobilística, por exemplo, que tem um destaque a nível nacional, quando se gera emprego na indústria automobilística, são necessários 91 mil reais para gerar um emprego na indústria automobilística. Ou seja, de um para dez, praticamente. Cada dez dólares investidos na indústria automobi-

lística, é necessário apenas um para gerar um emprego no setor sucroalcooleiro.

E se formos comparar um outro setor tradicional, como por exemplo a indústria petroquímica e química, onde são necessários o investimento de 220 mil reais para a geração de empregos, então, essa proporção salta de um para vinte.

O Paraná tem, hoje, uma população estimada na ordem de oito milhões e meio de habitantes, das quais quinhentas mil pessoas dependem diretamente ou indiretamente desse setor. Portanto, praticamente 6% da população paranaense tem algum relacionamento com essa atividade econômica. De cada cem, seis participam ou auferem algum tipo de renda, dependendo do setor sucroalcooleiro.

Já na área rural paranaense, onde são estimadas aproximadamente dois milhões, duzentos e cinquenta mil habitantes, dos quais quinhentos mil estão no setor, a participação do setor já salta para 22%. Portanto, 22% da população da área rural participa ou trabalha no setor sucroalcooleiro.

A área agricultável também no Estado do Paraná está na ordem de quatorze milhões de hectares, das quais 46, 47% são destinados à pastagem; 51%, destinadas às outras culturas. E vejam bem, senhoras e senhores, apesar de tudo, apenas 2% da área agricultável do Estado é destinado à cana-de-açúcar.

Então, quando é divulgado que o Estado de São Paulo, ou mesmo o próprio Estado do Paraná, já é um mar de cana, isso não é verdade. Basta verificar este quadro, que foi fornecido pela própria Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná. Portanto, plenamente confiável. Um quadro que demonstra e que traz grande preocupação ao setor. É este que estamos apresentando aos Senhores agora, que trata da carga tributária do álcool.

Os Senhores podem verificar neste quadro que os tributos incidentes sobre o álcool a nível nacional está na ordem de 40%, ou seja, de cada R\$ 100,00 que são faturados pelo setor, R\$ 40,00 são destinados aos cofres públicos, a nível federal, estadual ou municipal.

Já a tributação no saco de açúcar, se estima hoje um preço médio de US\$ 15,00 ou R\$ 15,00 a saca, a participação tributária dele já é bem menor, por isso talvez que hoje os produtores do Paraná e do Brasil têm manifestado maior interesse na ampliação da produção, para produção de açúcar, ao invés da produção excessiva na produção do álcool, porque a participação tributária é de 27,7% para a saca de açúcar. Cada saca produzindo 50 quilos aproximadamente, 14% é destinado aos cofres públicos.

O Programa do Alcool também tem uma

característica ímpar em todas as demais atividades nacionais, porque através de uma lei, quando foi criado o PROÁLCOOL, se tornou obrigatória a aplicação de um determinado percentual na assistência aos trabalhadores e aos dependentes desses trabalhadores da agroindústria canavieira.

Então, na produção de cana, quando você comercializa a cana, 1% do valor dessa comercialização é destinada obrigatoriamente para assistência social. E esse valor representa 3 milhões de reais aproximadamente. Já no álcool, 2% do faturamento do álcool é destinado também à assistência social dos trabalhadores da indústria. Isso representa hoje aproximadamente 7 milhões de reais.

E no açúcar, da mesma forma que na cana, 1% do faturamento do açúcar também vem compor esse volume de recursos que serão aplicados na assistência aos trabalhadores e seus dependentes. E essa assistência é aplicada principalmente na assistência médica-hospitalar, na assistência recreativa, onde são criados clubes recreativos, é dado apoio para a prática de esportes, etc, e também outros programas de auxílio social como alimentação, nutrição, auxílio à natalidade, etc.

Queria fazer uma ressalva aqui sobre esse problema do programa de assistência social do setor sucroalcooleiro que está em estudo no Governo Federal, uma lei para tornar obrigatório o recolhimento desses recursos que são geridos pela iniciativa privada, para que esses recursos sejam canalizados para o Governo Federal, onde seriam administrados pela Senhora Ruth Cardoso - primeira dama do País, no programa solidário, que ao nosso ver vem contrário à opinião pública de hoje, que tudo, qualquer atividade, deva ser na realidade privatizada e não estatizada.

Parece que com essa intenção do Governo ele quer tirar o recurso que hoje é muito bem administrado pela iniciativa privada através do conselho formado pelos produtores de álcool e também com a participação dos trabalhadores, e que tem dado excelentes resultados, a ponto até de chamar a atenção do Governo Federal.

Então, é inconcebível o Governo Federal pensar em fazer recolhimento dessas verbas que vão cair na vala comum e depois ninguém sabe de que forma serão aplicadas. E que portanto, não será aplicada com certeza, especialmente na atividade de trabalhadores que trabalham no setor sucroalcooleiro.

Nós temos, diversas propostas para serem apresentadas para a solução dos problemas do setor, mas a nível federal destacam-se algumas delas. Nós precisaríamos que a mistura do álcool a 22% na gasolina deveria permanecer, sem sombra de dú-

vida o episódio que ocorreu aqui no Estado do Paraná, exemplo que foi dado pela Prefeitura Municipal de Curitiba e pelo Governo do Estado do Paraná, bem demonstra a conscientização que a população tem hoje dos benefícios trazidos por essa mistura na gasolina, 22% então de álcool anidro na gasolina dever ser mantido a todo o custo, tendo em vista esses benefícios que eu já citei.

Evidentemente, existem interesses contrários a isso, como bem ficou demonstrado nesse episódio que ocorreu há poucos dias aqui no Paraná.

Um outro problema que nós temos que enfrentar com bastante seriedade e com destaque também, é a manutenção da produção de veículos movidos a álcool. Como nós já demonstramos anteriormente, sem a produção dos veículos movidos a álcool, não há o programa do álcool. Não havendo portanto o programa do álcool, não há também o setor alcooleiro, uma vez que a produção de álcool absorve 62% da produção de cana de açúcar no País.

Portanto, se não houver a continuidade da produção de álcool, se não houver a produção de carros a álcool, se não houver a continuidade da comercialização desses veículos, haverá uma queda na demanda do álcool, portanto não teremos outra forma para absorver esse contingente enorme de cana de açúcar. Pode-se dizer também que poderíamos destinar essa cana-de-açúcar para a produção de açúcar e jogar essa produção de açúcar no mercado externo.

Mas vejam bem, o Brasil participa hoje do mercado internacional com uma exportação na ordem de quatro milhões de toneladas. Se nós fossemos produzir esse açúcar, transformarmos essa cana em açúcar, nós elevaríamos a nossa participação no mercado internacional para 18 milhões de toneladas. Quer dizer, saltaríamos de 4 milhões de toneladas hoje, para 18 milhões. Com certeza o mercado de açúcar internacional não teria condições de absorver esse contingente de açúcar, e portanto, desencadearia um processo de quebraadeira a nível nacional e internacional, sem condições de fazermos uma avaliação segura do que iria realmente acontecer.

Então a manutenção do carro a álcool, a manutenção do comércio do carro hidratado, ele é essencial para a manutenção do setor. Nós temos que buscar a continuidade da produção do carro a álcool, e existe várias formas para que isso seja mantido, como nós vamos apresentar logo a seguir.

Um outro problema que vem causando grande preocupação ao setor é o problema da paridade do álcool com a gasolina.

Sabidamente conhecido que a geração de energia equivalente em termos do álcool para a gasolina, ela é menor na proporção

de aproximadamente 80%. Então um litro de álcool gera por exemplo, 80% de energia equivalente em termos de gasolina.

Então essa paridade de preço para o consumidor, deve ser mantida como uma forma de pelo menos, se não incentivar, mas manter uma competitividade entre o álcool e a gasolina.

Caso contrário, nenhum consumidor haverá interesse, a não ser que sejam pessoas realmente conscientes dos benefícios indiretos, que trás à população sem ser efetivamente o problema econômico, o problema do custo do álcool em relação a gasolina.

Então havendo essa conscientização, evidentemente que a população também irá caminhar para um maior consumo do álcool hidratado, porque o benefício em termos de emissão de poluentes por exemplo é neutro. Não há, o menor volume que ele queima, que ele lança ao queimar o álcool ele é absorvido na produção de cana. Então não há aí emissão de poluentes em termos globais.

A nível Estadual, existe várias preocupações, várias formas de ajudar a resolver esses problemas. Mas, podemos destacar aqui, que se fosse através do Estado criado uma lei que dá preferência para a renovação da frota Estadual, e isso dá também uma preferência na aquisição, na ampliação dessa frota Estadual, na compra do carro a álcool, também viria auxiliar bastante a geração de empregos, a manutenção da geração de empregos, a participação do setor em termos tributários, e haveria também um benefício muito grande em termos da redução da poluição.

Um problema que tem causado grande preocupação ao setor, é o problema dos altos custos portuários. Porque o Paraná hoje é um Estado que começa a participar do mercado internacional do açúcar, no ano passado foi o primeiro ano que foi exportado açúcar do Estado do Paraná e a nossa participação foi na ordem de 80 mil toneladas. Esse ano estão previstos cerca de 200, 250 mil toneladas em termos de exportação. Só para os senhores terem uma idéia, no início desse ano, nós realizamos algumas negociações com terminais do Porto de Paranaguá, onde conseguimos numa negociação termos um custo bastante reduzido para o embarque do açúcar.

Por problemas técnicos, por problemas administrativos e por soluções que eventualmente poderiam ter sido criadas, em função da burocracia, tivemos que procurar um outro terminal, com um crescimento no custo aí na ordem de 25% em relação ao menor custo que nós tínhamos para o embarque deste açúcar.

Então, é necessário que, os portos paranaenses e os portos brasileiros até, estejam preparados para haver uma competi-

vidade em relação ao mercado mundial, porque com este custo que nós temos hoje no Brasil fica quase inviável a competitividade do nosso produto com o produto internacional, tendo em vista que o produto internacional é altamente subsidiado.

Nós temos também um problema a enfrentar aqui no Estado do Paraná é com relação aos agentes financeiros. Não temos hoje nenhum banco de fomento, a exemplo do que era o BADEP que foi extinto, e o Banco do Estado do Paraná que absorveu esta carteira de fomento não tem atingido os seus objetivos, não tem feito nenhum esforço para financiar o investimento do Estado do Paraná. Eles têm muita resistência, as exigências são muito grande ao ponto de inviabilizar qualquer linha de crédito de fomento no Estado do Paraná. Os bancos particulares, a exemplo de todos os demais em outros Estados, evidentemente têm muita pouca vontade de fazer este tipo de financiamento, tendo em vista que, são sempre vencimentos a longo prazo, e que, portanto a lucratividade deles é bastante reduzida e os riscos são bastante altos, tendo em vista o prazo longo e a economia instável que nós tínhamos até agora no país.

Uma outra forma que nós poderíamos ajudar a estimular a produção de álcool seria uma taxa diferenciada em termos de ICMS. O ICMS como é sabido, é uma taxa única para todos os combustíveis, é de 25%, seja ele mais poluente ou menos poluente. A nossa sugestão é que haja uma diferença na tributação do ICMS a nível estadual, ou seja, em cima do combustível, mais poluente a taxa deveria ser maior, pois gera um benefício maior, gera mais empregos deveria ter uma tributação menor para ajudar essa viabilização. Ao nosso entender o Governo do Estado poderia também auxiliar o setor desta forma sem gerar nenhuma perda em termos de receita a nível estadual. Hoje o limite máximo de tributação é na ordem de 30%, como o ICMS de todos os combustíveis é de 25%, nós poderíamos elevar a tributação da gasolina para 30% e reduzimos, por exemplo, a tributação do álcool para 17%, 18%, como era praticado antigamente. Isto daria uma perspectiva em termos de longo prazo, um crescimento da produção, daria uma competitividade maior do álcool em relação a gasolina e, poderíamos então gerar empregos, gerar receita, enfim, gerar todos os benefícios que ocorrem dentro de uma economia.

Temos uma outra proposta que nós queremos apresentar, que no nosso entender pode ser muito bem absorvida pelo Estado do Paraná, porque o Paraná já é um estado em destaque, tendo em vista a sua produção, haja vista que é o segundo maior produtor, o Estado do Paraná já existe uma liderança em termos de produtores com des-

taque a nível nacional, mas que hoje a nível nacional não existe nenhuma liderança política que tenha organizada a defesa do PROÁLCOOL. O Paraná poderia encabeçar esta liderança, fazer a defesa do Proálcool, fazer uma coalizão de Governadores, a exemplo como ocorre nos Estados Unidos que têm 20 Governadores que fazem a defesa do Proálcool, então o Paraná poderia encabeçar esta coalizão de Governadores brasileiros, e fazer realmente esta defesa do Proálcool.

A nível municipal poderíamos além da preferência da aquisição de carros a álcool, poderia ser feito alguma coisa em termos de possibilidade de viabilização do PROÁLCOOL.

Por exemplo, poderiam fazer a criação de uma frente municipalista dos municípios canavieiros. O Paraná hoje tem 106 municípios que produzem cana, todos eles localizados na Região Norte do Estado, e poderiam perfeitamente se unir em torno da defesa do setor, uma vez que todos esses municípios dependem do emprego gerado na indústria canavieira.

Quem conhece quem tem ligações com Prefeitos de municípios produtores de cana sabe muito bem qual é a importância que tem essas indústrias localizadas em seus municípios, quais são os benefícios gerados em termos de geração de emprego, em termos de receita para os próprios municípios e portanto eles vêm nessa possibilidade da extinção do PROÁLCOOL uma perda muito grande, significativa ao ponto até de inviabilizar a continuidade dos municípios, a continuidade financeira dos municípios.

Queria falar também que no último dia 11, 12 e 13 de junho agora nós tivemos a realização do Simpósio Internacional do Etanol, em Brasília, onde estiveram presentes representantes do governo americano, representantes da Suécia, da Itália, etc, onde eles colocaram com destaque a liderança brasileira na produção de etanol, a liderança brasileira na substituição do chumbo tetra-etila através do álcool, na substituição ou na redução da emissão de poluentes. O Brasil hoje tem na cidade de São Paulo os níveis de poluição que tem graças ao PROÁLCOOL: Isto é sabidamente conhecido pela população.

Senhoras e senhores, o que eu tinha a apresentar sobre o setor sucroalcooleiro é isto. Me coloco à disposição para qualquer pergunta, ou qualquer esclarecimento que vocês acharem necessário. Muito obrigado pela atenção e eu agradeço pela oportunidade de vir aqui fazer essa preleção sobre o nosso setor. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Presidência registra com satisfação a pre-

sença do Dr. Luiz Antônio Fayet, ex-Diretor-Presidente do PANESTADO, ex-Deputado, ex uma porção de coisas.

O SR. MILTINHO PUPPIO (Pela Ordem) - Queria cumprimentar o nosso Presidente Anibal Khury, o Presidente da ACOPAR junto com a sua Diretoria que se faz presente e dizer da importância realmente das cooperativas de açúcar do Paraná, onde na nossa cidade de Jandaia do Sul temos lá a COPERVAL, que está aqui o ex-Deputado Antonio Costenaro que faz parte daquela Diretoria, o Presidente Elcio e pedir realmente aos Parlamentares o apoio que nós precisamos dar às cooperativas de açúcar do Paraná e de álcool e nós sabemos da importância que isto tem aqui inclusive e nos passaram, o emprego direto e indireto, onde vem realmente beneficiar os bóias-frias. Nós temos a COPERVAL em Jandaia do Sul que tem dado emprego direto a 2 mil e quinhentas pessoas que trabalham nessa Usina. E temos aqui a nível de Paraná 74 mil empregos diretos e indiretos 230 mil empregos no Paraná. Nós queremos agradecer ao Governador do Estado que já empenhou dias atrás junto com o Prefeito de Curitiba a respeito dessa mistura do MTBE que ia realmente atrapalhar inclusive as vendas do álcool no Paraná e o Governador solidário aos usineiros, produtores de álcool entrevistou e realmente arrumou a solução e nós Parlamentares precisamos também junto com os colegas também abraçar esta causa ajudando as Cooperativas do Paraná, porque sabemos da importância, principalmente no Governo Jaime Lerner onde ele tem a vontade maior é de industrializar o Paraná e realmente dar emprego, principalmente aos bóias-frias. Está fazendo aí, vamos inteirar esta semana agora assinando um convênio de 160 Vilas Rurais no Paraná, onde vai beneficiar realmente o povo que realmente precisa do emprego, que precisa da sua moradia e essas usinas de álcool realmente vem de encontro ao programa do Governo Jaime Lerner aonde há o emprego para que essas pessoas, imaginem na minha cidade de Jandaia do Sul, um exemplo, que dá lá dois mil e quinhentos empregos, se nós não tivéssemos essa Usina de Álcool lá realmente essas pessoas iriam para as capitais do Estado onde hoje temos aí um grande desemprego.

Por isso a importância, Senhor Presidente Ermeto Barea, Presidente da ALCOPAR, a Diretoria, quero deixar aqui o meu apoio, deste Deputado que o Alto Paraná e a minha região onde temos lá as Usinas de Álcool e também da Indústria de Açúcar. E queria convidar os Senhores Parlamentares também, que está agendado com o Governador Jaime Lerner que no próximo mês, no dia 20 ele vai inaugurar na cidade de Jandaia do

Sul, na COPEFVAL, a Fábrica de Açúcar, convidar os Deputados para que vão lá também prestigiar este grande evento. E conte conosco o Senhor Presidente da ALCOPAR e a Diretoria e também os Presidentes das Usinas de Alcool da nossa Região do Paraná.

O SR. NEIVO REFALDIN - Senhor Presidente, da mesma forma quero cumprimentar o Presidente da ALCOPAR, quero cumprimentar a sua Diretoria e quero cumprimentar os Senhores Parlamentares que se dispuseram a ouvir com muita atenção este setor tão importante para o Estado do Paraná. Digo importante porque ele gera, segundo o Deputado Miltinho Puppio, grande número de empregos diretos e indiretos, contribui significativamente com a receita em impostos arrecadados para o Estado do Paraná e é um setor produtivo e eu acho que todos os setores produtivos da nossa economia devem merecer desta Casa uma atenção muito especial. Se nós queremos uma vida mais igualitária e melhor qualidade de vida, devemos incentivar aqueles que produzem, que geram emprego e geram receitas.

E quero também associar-me com o Presidente da ALCOPAR no que diz respeito ao ICMS cobrado pelo álcool em relação à gasolina. Esta é uma questão que poderíamos discutir aqui na Assembléia no sentido de encaminharmos uma proposta que possa trazer um incentivo através da diminuição da receita do ICMS para o setor, para gerar mais empregos e para incentivar aquilo que o Senhor Presidente disse que é um setor que realmente polui menos.

Portanto meus cumprimentos, meus agradecimentos pela Diretoria estar aqui nesta Casa trazendo estes números importantes do setor fundamental para a economia do nosso Estado.

O SR. ORLANIXO PESSUTI - Senhor Presidente Anibal Khury, Presidente da ALCOPAR, Pareia, quero também saudar o Deputado Antonio Costenaro, também daqui identifico o nosso amigo Carlos Alberto Matilongo, o Tormena e o Picardo Rezende de Engenheiro Beltrão e da Região de Umuarama também.

VI, Senhor Presidente, que o setor sucroalcooleiro, na nossa opinião, realmente tem contribuído para o Estado não só com a geração de empregos, não só com a geração de recursos mas também de certa forma com uma nova filosofia no que diz respeito às relações de trabalho no setor produtivo rural.

Se nós analisarmos os dados que foram aqui apresentados pelo Presidente, nós vamos encontrar o que cerca de 20% daqueles que trabalham no campo, já que são dois milhões e setecentos desses quinhentos mil estão diretamente envolvidos, nós temos um envolvimento de cerca de 20% da mão-de-

-obra rural ligada ao setor numa área de apenas 2%. Então vê-se com esta informação que o setor é altamente empregador de mão-de-obra. Isso é importante, e um dado significativo.

Uma outra coisa que nós temos que considerar e na Região onde está implantado, a região norte, seja desde o norte pioneiro, norte velho, norte novo, região do noroeste do Paraná ou no nosso norte novíssimo como é conhecida a região de Apucarana, do Vale do Ivaí, a cultura da cana vem num consórcio muito interessante principalmente com a lavoura de algodão, com a lavoura de feijão, com a lavoura de milho porque todos sabemos que essas culturas de verão, o feijão, o milho e o algodão, eles tem a sua safra mais concentrada, se nós considerarmos o plantio e tudo, mas ele emprega a mão-de-obra basicamente com mais vigor, a partir dos meses de outubro, novembro, dezembro. A colheita ocorrendo a partir de janeiro, fevereiro, março e abril, colheita de milho, feijão e algodão, mas concentrada, principalmente o algodão, nos meses de janeiro, fevereiro, março, e a safra da cana normalmente tem o seu início no mês de maio, ao redor do mês de maio. Então, há uma complementação a partir do momento em que se libera a mão-de-obra do trabalhador volante da safra do algodão, ele encontra trabalho no cultivo, na colheita da cana. E isso tem sido muito bom no que diz respeito a geração de emprego.

E temos alguns momentos que vale aqui destacar, quando se fala da necessidade da Assembléia Legislativa estar ao lado do setor e dar apoio.

Lembro-me do empenho pessoal do Deputado Antonio Costenaro Neto, na aprovação de um Projeto de sua autoria que teve apoio desta Casa, que foi posteriormente sancionado pelo Governador Roberto Requião e que estabelecia a adição de 22%, garantia 22% de álcool na gasolina. Então, naquele momento a Assembléia esteve não só ao lado do Deputado Costenaro que defendia esse projeto, mas também ao lado do setor.

Um outro momento que a gente tem que colocar como importante do setor sucroalcooleiro no Paraná, e que já foi mencionado tanto pela Pareia, como pelo Miltinho, a questão do MTBE, naquele momento de nada adiantaria a vontade do Prefeito e do Governador, que nós temos que louvar a iniciativa, tanto do Prefeito Rafael, como do Governador Jaime Lerner, mas de nada adiantaria essa vontade se o setor sucroalcooleiro não tivesse condições de garantir e assumir a responsabilidade no abastecimento de álcool, para substituir o MTBE, este sim altamente poluidor do nosso ambiente.

E falar em poluição do meio ambiente é

bom que se registrem também os avanços que tivemos no controle ambiental que vem sendo proporcionado pelas usinas e pelas cooperativas, enfim pelas indústrias todas do setor sucroalcooleiro. Nós sabemos que até alguns anos atrás, nós tínhamos sérios problemas em relação ao meio ambiente, e que hoje se não eliminados, mas muita coisa se fez para que se diminuísse o impacto dos efeitos negativos, vamos dizer, da indústria sucroalcooleira em termos de meio ambiente.

E há que se registrar também a disposição que tiveram as indústrias do Paraná, numa ação do Governador Álvaro Dias, quando se discutia no Paraná quotas ao redor de 5 milhões de sacas, 4,5 milhões de sacas, estavam sendo liberadas numa negociação com o Ministério da Indústria e Comércio, e o Paraná naquele momento se dispôs a fazer isso, e as indústrias do setor assumiram este compromisso e esta responsabilidade.

Então, realmente são coisas que estão acontecendo. Uma outra questão ainda na questão de relação de trabalho, a carteira assinada do trabalhador. Hoje conhecemos, sempre tivemos um contato mais de perto com o Vatilongo e com o Ricardo Rezende, e conhecemos os números, conhecemos os dados, quer dizer, as relações de emprego, tem melhorado significativamente, talvez ainda tenhamos que avançar na questão do salário em si, e isso é uma reivindicação dos trabalhadores, mas essas relações de emprego, elas estão avançando, estão melhorando.

A questão do transporte do trabalhador.

A Assembléia já votou aqui algumas leis, obrigando o transporte em ônibus, em veículos apropriados.

Hoje, se não a totalidade, mas a grande maioria dos trabalhadores do setor sucroalcooleiro, a gente sabe, que são transportados em veículos que oferecem uma condição melhor, que são ônibus apropriados para o transporte.

Então quero registrar esse nosso posicionamento favorável, a satisfação que a gente tem em ver o setor contribuindo com receitas, com empregos, com essa equalização que se faz de mão-de-obra de uma safra para outra, e deixo uma pergunta, porque na exposição do Parêa foi aqui falado a respeito hoje da ausência de Bancos de fomento para apoiar o setor. Uma pergunta que eu faço, inclusive ainda pouco eu vi aqui a Dra. Lindamir que pertence ao BRDE, qual é hoje a participação, qual o espaço que o PRDE, que é um Banco de fomento do nosso Estado do Paraná e demais Estados do Sul.

Se está havendo alguma linha de crédito, se está havendo alguma abertura nesse

sentido? Porque nós sabemos que o BADEP, sim, tinha uma participação, sabemos que o Panestado tem todas essas dificuldades, na área de fomento.

Mas, ao que nos parece pelas conversações que temos tido com o André, o Fernando Fontana, o Nogueira, que existe algum espaço na área do PRDE para financiar o fomento em nosso Estado.

Então, gostaria de saber se o setor sucroalcooleiro está excluído dessas possibilidades de financiamento do BRDE, já que o PRDE também é um repassador do FNDs, que é o grande financiador do setor?

O SR. ERMETO PARFA - Caro Deputado.

Queria esclarecer o seguinte: O BRDE, a exemplo do PANESTADO, eles, têm a sua disposição recursos do FNDs para fazer o financiamento do setor. No entanto, existe uma resistência muito grande, principalmente, dentro do Banco do Estado, em fazer qualquer financiamento para o setor, tendo em vista as dificuldades momentâneas que as empresas do setor estão atravessando, em função da defasagem de preços, existente, em função de uma falta de delineamento do Governo Federal com relação a política do carro a álcool. Portanto, não existe uma definição do mercado de álcool no futuro.

Com relação, também, ao problema de linhas de crédito específico para o setor. Mas, no entanto, existe recursos que estão à disposição, apesar de não serem específicos e de forma apropriada para o setor, mas tem, tem recursos à disposição do FNDs para essas duas entidades financeiras.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Então, existe o medo de financiar o setor?

O SR. ERMETO BAREA - No entanto, para fazer o financiamento à essas empresas analisando, basicamente, o nível de garantia que pode ser fornecido por essas empresas, e além de que as condições que se apresenta em termos financeiros e econômicos pelas empresas.

Sabidamente, em função das dificuldades que ultimamente vêm atravessando, a crise começou em 1986, a maioria das empresas não têm capacidade mais de absorver recursos financeiros de longo prazo, principalmente, sem fornecer e também não há possibilidade de fornecer garantias reais, que é o que os bancos têm exigido, porque essas garantias já estão alienadas junto ao Banco do Brasil, junto ao Banco do Estado, enfim, em outras vias de crédito, muitas vezes de curto prazo e com taxas excessivamente altas.

Então, a exigência que eles têm feito é na ordem de, mais ou menos, cinco por um em termos de garantia, quando inviabiliza

qualquer contratação pelas empresas do setor.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Basílio Zanusso, com a palavra.

O SR. DEPUTADO BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente.

Também queria fazer aqui um registro, meu testemunho favorável e o meu apoio pessoal e integral.

Essa manifestação que o Presidente faz da Associação dos Produtores de Alcool e Açúcar do Estado do Paraná.

A minha cidade é Nova Esperança, Noroeste do Paraná. Estamos lá entre Paranaíba - Colorado e Maringá. As usinas que oferecem número maior de empregos são as Usinas da família Meneguetti - Santa Teresinha - Maringá, e também o mesmo grupo não tem usina em Paranaíba. E a de Colorado, Usina Alto Alegre que inclusive está aqui, registro a presença do amigo, do empresário Dr. Oscar Figueiredo, Diretor Presidente daquela Usina, parece-me que umas das maiores do Paraná. Fico me perguntando como disse, o Presidente Parea, no caso de desativar-se esse segmento da nossa economia, tão importante, como ficariam os nossos trabalhadores, daquelas dezenas de municípios.

O Sr. poderia começar a citar alguns municípios da nossa região Norte-Noroeste. Mas são dezenas ou todo o Noroeste, incluindo Norte Novo e o próprio Norte mais antigo.

Por isso, além de todas as vantagens que o Sr. Presidente, Parea, referiu-se a política do álcool, existe essa coisa presente, quando se, por exemplo, no aumento de capacidade produtivo das usinas, especialmente da nossa região, que foi o caso da Usina de Alto Alegre, Colorado e Santa Teresinha, nós sabemos que a expansão da área agrícola é uma coisa que se dá em pouco tempo. A produção vem em seguida e o emprego é imediato, não é uma coisa como a indústria que muitas vezes ela vai dois, três, quatro anos da sua implantação para gerar algum emprego. Na agricultura, especialmente, neste segmento da economia importante do nosso Estado e do País, o emprego é praticamente imediato. Os pequenos municípios, seriam impossíveis, da nossa região, de sobrevivência, sem o funcionamento e o crescimento dessas indústrias.

Queria apenas, aqui, fazer um registro, que eu considero muito importante, falava-se há pouco na Secretaria da Agricultura sobre a proteção do nosso solo, das nossas micro-bacias. Pois bem, onde os municípios não atingidos pelo programa de micro-bacias do Estado, mas que lá existe o plantio de cana-de-açúcar, as usinas protegem as nossas terras e o solo tão

bem, quanto aquelas áreas protegidas pelo programa de proteção da micro-bacia, que o Estado do Paraná é pioneiro e mestre nisso.

Portanto, seriam tantos argumentos, Sr. Presidente, que nós gostaríamos, aqui, de enfatizar em favor do álcool, em favor dessa indústria, que se instalou no Paraná, que nós queremos vê-la crescendo.

Me permita fazer um rápido registro da presença do ex-Deputado, de dois mandatos, aqui, Deputado Antônio Costenaro, da cidade do Miltinho Puppio, que sempre teve, aqui, a sua presença, a sua palavra em defesa não das usinas, nem dos seus representantes, mas em defesa dessa indústria tão importante de transformação na nossa economia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Joel Coimbra, com a palavra.

O SR. JOEL COIMPA - Sr. Presidente, Sr. Presidente da ALCOPAR, Ermeto Parea, nobres colegas.

Reportando a colocação feita pelo Nobre Deputado, Miltinho Puppio, sobre o apoio aos produtores de açúcar, nós gostaríamos de colocar, que o apoio aos produtores é importante, e não apenas aos produtores de açúcar, mas ao setor sucroalcooleiro de um modo geral, que a questão vital, para nós paranaenses, no momento em que vivemos o dilema de vencer o desafio da geração de empregos, da geração de tributos, da distribuição de renda, da descoberta de fontes de energia e de alimentos.

Dias atrás, num congresso internacional, promovido pelo setor, em Brasília, coordenado pelo Deputado Federal Hélio Rosa, tivemos a grata oportunidade de ouvir as informações, que o empresário americano trazia sobre o PROÁLCOOL, sobre o Programa e Alcool e, no retorno, ainda tive a oportunidade de comentar com o nosso Presidente Anibal Khury, que na ocasião exercia o cargo de Governador do Estado. Nós ainda chamávamos a atenção, que o Programa do Alcool era uma grande oportunidade, que o Brasil estava perdendo. Porque depois de um projeto de investimento, a impressão que se tinha é que nós estamos deixando tudo isso ser jogado fora.

Veja bem, a estupidez que aconteceu dias atrás, quando a Petrobrás veio estabelecer aquela exigência de misturar o MTBE na gasolina, criando uma condição de risco, não apenas para sociedade, no que diz respeito a saúde da nossa população, como também criando um cargo de risco para a nossa economia, ameaçando desfalcas o setor, ameaçando desempregos e assim por diante.

Então é fundamental, nós que conhece-

mos o programa, que conhecemos o esforço do setor, sabemos dos benefícios e o que ele representa para a nossa região, que nos unamos em torno da defesa, não apenas do Proálcool, mas da defesa do setor sucroalcooleiro, que na verdade é a defesa do trabalho, é a defesa do emprego, é a defesa de um programa de geração de rendas e de tributos.

E nesse aspecto, gostaria de fazer uma pergunta ao prezado amigo Parea, também se for o caso ao Ricardo Resende ou o Paulo Zanetti, no aspecto prático, o que nós poderíamos detalhar, que aqui na Assembléia, o que nós poderíamos fazer para, de concreto, contribuímos com o setor, no que diz a programas tributários, no que diz a programas de incentivo ao setor.

Seria possível uma resposta neste sentido?

O SR. ERMETO BARFA - Sem dúvida, Deputado Joel. A principal coisa que poderia ser feita a nível estadual, com apoio evidente, da Assembléia Legislativa, é na questão tributária.

Como os Senhores viram, a participação tributária, no caso do álcool é na ordem de 40% do preço recebido pelo produtor. Então, se nós fizermos uma diminuição tributária em termos de ICMS que é o maior tributo que incide sobre o álcool, se nós fizermos uma pequena redução, o reflexo será bastante significativo.

Então, para isso, nós poderíamos fazer, para que não haja perda de receita Estadual, uma elevação na tributação da gasolina, com a diminuição na tributação do álcool e aí manteria neutro em termos de arrecadação para os Cofres do Estado.

Para o Senhor ter uma idéia, cada unidade recolhe aproximadamente em torno de 3,5 a 4 milhões de reais por ano, em termos de ICMS, gera cada unidade. Nos já temos hoje, perdidas, no Estado do Paraná, irre recuperáveis três unidades, quer dizer, isso são praticamente 10 milhões de reais que o Estado perdeu por ano em termos de arrecadação de ICMS.

Outro dado importante, também, que nos causa estranheza, as atitudes dos nossos Governantes, não é o caso do Paraná, mas principalmente a nível federal - o programa que eles estão gerando para criar novos empregos, nos causa estranheza, porque cada unidade produtora de álcool que é fechada no Estado do Paraná, se perde 2.500 funcionários, fecha-se 2500 postos de trabalho. Quer dizer, não haveria necessidade de nenhum investimento, apenas algum tipo de incentivo para a continuidade na operação dessas unidades, como por exemplo a redução do ICMS, com o crescimento do ICMS sobre a gasolina, uma vez que a indústria do petróleo gera 150 vezes menos empregos

do que o álcool. Cada um emprego gerado na indústria petrolífera, pode ser gerado 156 empregos na indústria alcooleira. Então, vocês vêem aí esse setor em termo de benefícios que traz à sociedade.

Um outro dado que eu gostaria também de destacar aqui é que no Paraná existe hoje em operação, 28 unidades, de um universo de 350 mil empresas aproximadamente. Essas 28 empresas no Paraná, respondem por 3,7% do ICMS gerado no Estado. Está aí a dimensão que representa esse setor na realidade para o Estado do Paraná. Em 357 mil empregos 28 geram aproximadamente 3,7% do ICMS do Estado.

Queria aproveitar esta oportunidade também, Senhor Presidente, para encaminhar ao Senhor, uma correspondência, um ofício da nossa Entidade, onde nós apresentamos aqui algumas sugestões que poderiam ser encabeçadas por esta Casa, em defesa do PROÁLCOOL, em forma de incentivar e de dar continuidade na operação desse setor no Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto o Deputado Costenaro Neto, se ainda deseja falar.

Concedo a palavra ao Senhor Costenaro.

O SR. COSTENARO NETO - Senhor Presidente Anibal Khury, nosso Governador que Governou o Paraná por 30 dias, recentemente, organizando, mantendo a organização e orgulhando o Estado do Paraná.

Senhora Parlamentar, Senhores Parlamentares, Liderança do Setor sucroalcooleiro, Parea, nosso Presidente.

Neste momento, nós usamos a palavra para matar a saudade da Tribuna desta Casa, vendo aí os companheiros, vendo a minha frente o nosso representante do Município de Jandaia - Jandaia continua presente aqui nesta Casa, isto é importante, à conquista do nosso município, da nossa região.

Mas, aqui estão os Parlamentares, na sua maioria, presentes, quando o nosso setor sucroalcooleiro estava passando por uma dificuldade muito grande, e até de desvalorização, querendo diminuir a mistura que era de direito, a mistura dos 22%, o Paraná saiu na frente, porque claro que pelas Lideranças do setor da ALCOPAR, na época o Ricardo como Presidente e toda a diretoria me municiaram de elementos, para que pudesse montar um projeto, projeto na época, projeto ecológico, exigindo que se fosse no Paraná pelo menos, misturado 22% do álcool na gasolina. O Anibal era o Presidente na ocasião, e aqui estão a grande maioria dos deputados que eram companheiros da época, e tivemos a felicidade de aprovar esse Projeto, que em seguida foi fornecido para mais 7 Estados, e em segui-

da a Deputado Federal Pita Camata, também fez o Projeto a nível nacional, e hoje então é uma realidade nacional a mistura de 22%.

Então o combustível verde lhe dá emprego, dá controle, isso foi exposto aqui naturalmente amplamente, não precisa repetir. Mas eu não poderia, nessa visita de hoje, falar e voltar a falar, dizer aos companheiros, meu muito obrigado, pelo apoio que me deram, principalmente do nosso Presidente que fez empenho. Nós sabíamos na época que alguém criticava e dizia: - isso é impossível, isso não será sancionado, é inconstitucional, mas era e aí está a realidade. Hoje o combustível está ganhando corpo, nós trabalhamos e lutamos para isso, e temos apoio graças a Deus dessa Casa, e queremos que o Paraná esteja sempre na frente, como tivemos apoio do Prefeito de Curitiba, do Governador do Paraná, há poucos dias naturalmente, quando deu apoio total, para que não aceitasse outra mistura, a não ser a mistura do álcool amido.

Meu muito obrigado, e aos companheiros de outrora e àqueles que aí estão hoje, continuem dessa forma, valorizando aquilo que é bom para o Paraná e é bom para todos nós.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Cleiton Kielse.

O SP. CLEITON KIELSE - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente da ALCOPAR, nosso companheiro Ermeto Barea, companheiro de Cidade Gaúcha, companheiro Anísio Tormena, de Paraíso do Norte, Diretores da ALCOPAR.

Acho que já foi frisado os tópicos principais da discussão a nível de incentivo dos produtores de álcool e açúcar do Paraná.

Mas devemos frisar um ponto maior até, que é o apoio que nós não estamos tendo do PRDE, e do ENDES, porque estivemos acerca de 30 dias, juntamente com a equipe da ALCOPAR junto ao PRDE e vimos uma falta de vontade dos diretores do PRDE, em atender os pedidos e solicitações, lá liberadas pelo Governo Federal. Nós temos uma linha de crédito, já autorizada via FNDES aos produtores de álcool e açúcar, para o replantio da cana que irá produzir álcool e açúcar. Só que no Paraná, pela timidez que nós já tínhamos, desde 1986, quando tivemos a liberação de 110 milhões, via CODESUL, e via Paraná esse recurso via FNDES, não tivemos nenhum aumento até o momento, Senhor Presidente, continuam os mesmos 110 milhões anuais para liberação via FNDES. E sentimos realmente, que se o

Paraná não abraçar essa causa, se a Assembleia Legislativa, visando o que nós temos do setor Alcooleiro, mais de 10% da mão-de-obra do campo, sendo utilizada pelos produtores de álcool e açúcar. Nós vamos ter uma avalanche de desempregados em breve na nossa região Norte, na nossa região Noroeste e no resto do Paraná que também é atendido pelo álcool e açúcar. Temos também não só a nível de exportação do açúcar, que nós temos uma linha direta com o Porto de Paranaguá, uma avalanche de concordatas e falências nas empresas que estão produzindo ainda álcool e açúcar.

Por isso, Senhor Barea, conte conosco, conte com a Assembleia e, tentaremos sensibilizar não só o ENDES como o Banco PANESTADO e o Governador Jaime Lerner para fazer todos os recursos e o apoio necessário a vocês e ao nosso setor que trabalha tanto pelo Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nós agradecemos a presença dos componentes da ALCOPAR, especialmente o seu Presidente Ermeto Barea e, fiquem certos que, a Assembleia estará unida com as justas reivindicações da ALCOPAR e do setor de álcool. A Comissão de Agricultura da Assembleia fará uma condensação dos pronunciamentos de hoje, enviará à Mesa para que a Mesa tome as providências necessárias através de Resolução ou de Projetos de Lei.

Muito obrigado a Vossa Excelência.

O SR. ERMETO BAREA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradeço esta oportunidade de apresentar o nosso setor aos Senhores Deputados do Paraná e para a opinião pública paranaense. Mas, antes de me despedir, gostaria de fazer algumas reflexões. Senhores Deputados, um setor que gera emprego, como foi apresentado, que gera receita, da forma que foi apresentado, não é justo competir com outros setores em condições de desigualdade da forma como vem sendo.

Veja bem, qualquer outro produto, vamos citar perfume de mulher, que na minha opinião é agradável mais é supérfluo, tem uma tributação na ordem de 17%. Ração para cachorro tem 17%, filé de boi é 7%, porque faz parte da cesta básica, mas isto não gera empregos, não gera receita, não tem o efeito multiplicador que tem esta atividade sucroalcooleira no Estado do Paraná. É justo que esse ICMS permaneça em 25% como vem sendo? Deixo esta pergunta aos Senhores para que analisem e façam aí um projeto de lei, se acharem conveniente reduzindo a taxa do ICMS para um nível inferior como forma de incentivar a continuidade deste setor no Estado do Paraná e, porque não a expansão deste setor com a

geração de novos empregos, maior participação na receita do Estado, finalmente um efeito multiplicador, muito maior do que vem ocorrendo hoje no Estado.

Agradeço e, me coloco a disposição dos Senhores para qualquer intervenção que for necessário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças.

Concedo a palavra ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. MILTON PUPPIO - Senhor Presidente, queria registrar aqui a presença do Prefeito Municipal de Jandaia do Sul, Perci Pugliese; o Presidente da Câmara Silvio Camini e o assessor do Prefeito Arlindo Camini Junior, popular "gauchinho".

O SR. ÂNGELO VANHONI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A preocupação que me traz hoje à Tribuna desta Casa é a respeito do Banco do Estado do Paraná.

O Banco do Estado do Paraná como todos os outros Bancos, em função do ajuste da economia, passa pelas dificuldades estruturais de todos os bancos. Em que pese essas dificuldades estruturais que abalam o sistema financeiro nacional, o Banco do Estado do Paraná ocupa um lugar de destaque em nosso País e no sistema financeiro.

Posso dizer com certeza que, hoje o Banco Público do Estado do Paraná está em primeiro lugar das instituições públicas estaduais de todo o Brasil.

Mas, uma preocupação muito grande me traz a esta tribuna, Senhor Presidente, acho que é uma incorreção gravíssima que a Diretoria do Banco do Estado vem procedendo na gestão desse Banco, principalmente, no que diz respeito ao momento atual. A Direção do Banco do Estado aprovou uma campanha para arrecadar e captar 700 milhões de Reais nestes próximos meses, já está em curso esta campanha. No ano passado a campanha estipulou a meta de 500 milhões de Reais na rede toda do Banco do Estado no Paraná inteiro, e superou, alcançou 104% das expectativas. Isto é, o que é captar? Funcionários do Banco do Estado espalhados em todas as agências, em todas as cidades foram a luta, pegaram o caminho da roça, foram conversar com aplicadores, com os industriais, com o comércio, com a população em geral para buscar investimentos na instituição financeira do Estado do Paraná. Neste momento está em curso uma campanha que prevê arrecadação de 700 milhões de Reais e o Banco do Estado está procedendo, praticamente está selando quase o fim dessa campanha com o gesto da diretoria do Banco do Estado.

Os funcionários do Banco do Estado estão sendo obrigados, agências Comendador, trinta funcionários estão sendo obrigados até o dia 10 de julho, no meio da campanha a procurarem uma outra agência para trabalhar porque é imposto o rodízio dos funcionários das agências. Isto é de uma improcedência, do ponto de vista administrativo neste momento, de toda a ordem. Os funcionários de uma agência sabem como é que funciona a agência e conhecem a clientela de determinada região. Eles, neste momento, não podem se sentir inseguros, tendo que ir buscar trabalho, conviver numa agência que nunca trabalharam, conhecer os clientes dessa agência que eles nunca tiveram contato para poder exercer a sua profissão.

O Senhor imagine, Deputado Anibal Khury, na agência da sua cidade, da cidade de União da Vitória, e é regional, é uma agência que funciona como regional de uma determinada região, perto de 20 funcionários daquela agência são obrigados agora a se mudarem, não de agência, porque União da Vitória tem uma agência, são obrigados a mudar de cidade, de cidade. Então, no momento em que o Banco está mobilizando os funcionários para ir buscar na sociedade, captar recursos para fazer com que o Banco do Estado se fortaleça, a diretoria do Banco do Estado ao impor, de uma forma impositiva, transferência de 20% da agência do Banco do Estado no Paraná inteiro está na realidade fazendo um desserviço a necessidade que o Banco tem de captação neste momento.

Então, é um alerta que eu trago, é uma preocupação do corpo de funcionários do Banco do Estado que querem trabalhar, querem levantar o Banco e com este procedimento da direção do Banco neste momento pode inviabilizar a perspectiva de alcançar os objetivos de captação que o Banco tem neste período.

Ei, tão logo termine esta Sessão, junto com alguns funcionários do Banco do Estado e representantes da Federação dos Bancários do Estado do Paraná estarei me dirigindo ao Presidente Anibal Khury, lá na sua sala, para deixar mais detalhes a respeito da improcedência do ponto de vista da administração do Banco que a diretoria do BANEESTADO está tomando neste momento tão importante da vida do Banco do Estado e do próprio Estado do Paraná.

Então, neste sentido é uma alerta que nós estamos trazendo à Assembleia Legislativa solicitando que a diretoria do Banco do Estado pare, suspenda o processo de rodízio de transferência de funcionários, das agências do Banco do Estado do Paraná inteiro e permita que os funcionários tenham a segurança, a tranquilidade para poder fazer com que o nosso Banco se erga

ainda mais para ajudar no desenvolvimento da economia do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Foram chamadas as outras Lideranças e todas declinaram.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 51 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Presidente do Programa Nacional do Alcool, solicitando a colaboração e apoio na defesa da indústria sucroalcooleira paranaense. A Comissão de Agricultura.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Reto Picha, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente, solicitando preferência de discussão para o Projeto de Lei nº 138/96, como também do Substitutivo Geral da Comissão de Orçamento, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 138/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 038/96, que dispõe sobre diretrizes orçamentárias do Estado para o Exercício Financeiro de 1997, conforme específica. COM PARECER DA C.O.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.O.. **Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.**

O projeto será apreciado em redação final na próxima terça-feira.

A Assembléia continua em Sessão.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 057/95, de autoria dos Deputados Péricles de Holleben Mello e Outros, que altera a Lei nº 10.981 de 27.12.94, que assegura ao Servidor Público Estadual, eleito Dirigente Sindical, ainda que na condição de su-

plente, os direitos inerentes ao cargo, conforme específica. COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J. E PARECER FAVORÁVEL DA C.F.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. EMENDA: Aprovada. PROJETO: **Aprovado.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 176/96, de autoria do Deputado Anibal Khury, altera as divisas dos Municípios de Cafezal do Sul e de Iporã. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Em REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 185/96, de autoria do Deputado Ricardo Chab, que dispõe sobre as multas de mora, nas áreas de atividades de prestação de Serviços Públicos ou Relações de consumo de competência Legislativa do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Em REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 02 (duas) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 02 (duas) sessões do Projeto de Lei nº 185/96.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 274/96, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que concede o Título de Cidadania Honorária do Estado à Senhora Luíza Martos Mursia Fontes. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 275/96, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação FUNDEPAR, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 276/96, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Aliança Cultural Brasil - Japão do Paraná, com sede e foro no município de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 277/96, de autoria do Deputado Anibal Khury, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor José Riche-

Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo**

ITEM 09

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 006/96, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza o Poder Executivo a Aliénar o Lote n° 075 do Imóvel Campina dos Freitas, situado no município de Pitanga, a Renato Ruzignani Poggetti. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo**

ITEM 10

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 007/96, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que altera o Art. 1° da Resolução n° 037/94, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Autoriza o Poder Executivo a Aliénar o Lote n° 74, do imóvel Campina dos Freitas, situado no município de Pitanga, ao Senhor Augusto Rodrigues". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimentos n°s 502 e 503, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 504 a 508, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 509 e 511, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 513, de autoria do Sr. Dep. Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 514, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do ex-

pediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Art. 155 do Regimento Interno.

Requerimentos n°s 515 a 518, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 519, de autoria do Sr. Deputado Marquinhos Alves, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 494, de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo Autor.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 01, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM
REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 122/96,
e do Projeto de Lei Complementar n° 338/95.

VOTAÇÃO EM
1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s:
516, 524 e 532/95; 137, 166, 197, 198,
209, 226, 229 e 230/96.

Levanta-se a sessão.